

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente*MARIA REGINA DO NASCIMENTO BRITO — *Diretora Executiva*ETEVALDO DIAS — *Diretor (Brasília)*WILSON FIGUEIREDO — *Diretor de Redação*DACIO MALTA — *Editor*MERVAL PEREIRA — *Editor Executivo*ROSENAL CALMON ALVES — *Editor Executivo***Programa Intocável**

O presidente da República voltou a reafirmar seu total apoio ao programa econômico do ministro Marcílio Marques Moreira. Não haverá, pois, a tão temida abertura dos cofres públicos para os fisiológicos de plantão, sempre dispostos a barganhar votos para aprovar ou impedir a aprovação de qualquer coisa.

A promessa de que o governo “continuará gastando somente o que arrecadar” é auspiciosa. Mantém-se a harmonia entre a articulação política e a gestão econômica, preservam-se a autonomia e a coesão da equipe de Marcílio, tranquilizam-se os empresários, os organismos e investidores internacionais.

A corajosa decisão coloca claramente os interesses da nação acima das turbulências conjunturais do governo. As medidas necessárias ao ajuste estrutural da economia brasileira não podem ser sacrificadas no altar do clientelismo político. O Brasil tem pressa: só seremos competitivos se conseguirmos criar uma verdadeira economia de mercado, concentrando a ação governamental em áreas onde o setor privado não tem condições de atuar, como a defesa, a lei e a ordem, a saúde pública e a educação.

Nenhum país no mundo cresceu mais do que o Brasil nas oito primeiras décadas do século. Nosso país participou intensamente das duas primeiras ondas de crescimento sincrônico em escala mundial, no pós-guerra. A primeira foi durante a presidência de Juscelino Kubitschek, quando a criação do Mercado Comum deflagrou um surto econômico na Europa, logo seguido do “milagre japonês”. A segunda ocorreu no final dos anos 60, até a crise internacional do petróleo no período militar. Perdemos a terceira, situada entre 1984 e 1989, que projetou os “tigres asiáticos” como novas potências econômicas.

Para compensar a “década perdida” e sair da estagnação, o Brasil deve se adaptar às novas condições do mundo pós-guerra fria — marcado por economias abertas e pela globalização dos merca-

dos — que criou padrões de competitividade muito mais exigentes. O ministro Marcílio conhece a fundo o alcance desta adaptação. A área das finanças públicas, por exemplo, é crucial. O equilíbrio do balanço de pagamentos; o encaminhamento do problema da dívida externa; a inflação, a retomada dos investimentos internacionais estão ligados ao déficit fiscal.

Mais: os trunfos de uma balança comercial favorável só podem ser consolidados se as finanças públicas forem saneadas e a economia se abrir. A liberalização pode ser um processo doloroso, provocando o que Schumpeter chamava de “destruição criativa”, processo através do qual a competitividade se instala — mas não há como contorná-la.

Os investimentos internacionais, por sua vez, só voltarão ao Brasil para valer se nossa economia conquistar um mínimo de estabilidade e abandonar as muletas do protecionismo. A questão do respeito aos direitos de propriedade industrial e patentes se liga à transferência de tecnologia. Se não houver um mínimo de respeito a estes direitos, as grandes corporações internacionais passarão a dificultar o acesso às inovações no campo da pesquisa e do desenvolvimento.

Não é mais possível adiar a desregulamentação da economia brasileira. No Brasil, a miríade de leis, regulamentos, interdições e licenças é disfuncional. Em vez de servirem ao bem comum, conferem poder ou recompensas pecuniárias a cartórios ou setores da administração. Neste campo preciso, a Argentina, o México e o Chile estão bem mais adiantados do que nós.

O ministro da economia sabe que estas reformas são inadiáveis. Confrontado com demandas imprevistas por parte da área política, soube agir com firmeza e serenidade, combinando a intransigência em relação ao fundamental com uma atitude flexível em negociações bilaterais onde as dificuldades se diluem.